

# Os BRICS, a china e o Brasil no mundo de hoje: antecedentes e perspectivas

X *Luiz Augusto de Castro Neves*  
Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China.

## Introdução

O título que originalmente foi pensado para esta apresentação praticamente a restringia aos BRICS e ao seu papel na atualidade. Acontece que uma das características mais importantes da atualidade é a velocidade dos acontecimentos e das transformações – a obsolescência das avaliações é um fenômeno cada vez mais recorrente e faz a delícia dos cientistas políticos, cujo mercado de trabalho nunca foi tão valorizado como hoje.

O sentimento que mais permeia os já citados cientistas políticos, diplomatas, empresários, governos e estudiosos das relações internacionais em geral, no mundo de hoje, é o da perplexidade. O fim da Guerra Fria, caracterizado pelo esfacelamento da União Soviética (que permitiu a reunificação da Alemanha), trouxe imenso alívio para todos (ou quase todos), mas colocou diante da humanidade o imenso desafio de delinear uma nova estrutura das relações interna-

cionais. Na Guerra Fria, a despeito dos perigos e das limitações, as percepções eram menos complexas: havia o “lado de lá” e o “lado de cá”. Posteriormente, alimentado pela independência das antigas colônias europeias, surgiu o Terceiro Mundo, no qual o Brasil buscou inserir-se, *ma non troppo*: éramos parte ativa do chamado Grupo dos 77, mas apenas observadores no Movimento Não Alinhado (o Brasil conseguia ser um não alinhado perante os não alinhados..).

O mundo pós-Guerra Fria, ademais do alívio, colocou em evidência a posição do polo de poder vencedor – os Estados Unidos da América –, certamente realimentando suas veleidades hegemônicas. Era a época do “fim da história”, referida por Francis Fukuyama. A década de 1990 foi efetivamente marcada por uma forte liderança norte-americana, o que, aliás, permitiu alguns avanços em matéria de instituições internacionais, como a criação da Organização Mundial do Comércio, que estava pendente desde 1949, e a adesão de importantes estados ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (entre os quais o Brasil). A emergência da China e os atentados de 11 de Setembro de 2001, contudo, explicitaram: (1) a chegada de um novo ator de primeira grandeza ao cenário mundial; (2) a vulnerabilidade da superpotência mais poderosa do mundo; e (3) a inexistência de instituições e instrumentos adequados para lidar com as novas questões da agenda internacional.

Outro aspecto relevante a sepultar a antiga ordem internacional, sobretudo no âmbito econômico, foi o fenômeno conhecido como globalização. No plano econômico e comercial, a característica mais marcante foi a internacionalização dos processos produtivos, criando as condições do que denominamos hoje as cadeias globais de valor. Esse fato teve, a meu juízo, dois impactos: o primeiro foi o de levar a uma necessária abertura das economias nacionais para habilitá-las a

participar das cadeias globais de valor. Uma consequência foi retirar do protecionismo, sempre tão presente na chamada matriz econômica brasileira, sua eficácia como instrumento de proteção da indústria nacional. O segundo impacto, que deriva do primeiro, foi o de pôr fim às premissas básicas que permitiram a industrialização brasileira na segunda metade do século passado: protecionismo, reserva de mercado e subsídios (para estes últimos foi criado o então BNDE, hoje BNDES).

Não é por outra razão que, hoje em dia, os acordos comerciais relevantes, inclusive a recém-assinada *Trans-Pacific Partnership*, passaram a ter muito mais um caráter regulatório e normativo, em vez dos antigos acordos comerciais, que eram baseados na redução ou eliminação de barreiras comerciais, assegurando um maior acesso a outros mercados.

## Os BRICS

Esse pano de fundo inicial leva-nos a examinar o mundo de hoje, em processo, como já dito anteriormente, de acelerada transformação. No início deste século, mais precisamente em 2001, o então chefe da divisão de *Asset Management* do banco Goldman Sachs, Jim O'Neill – hoje Lord O'Neill, Barão O'Neill of Gatley – cunhou o acrônimo BRIC, referindo a Brasil, Rússia, Índia e China, países cujo crescimento econômico retirava do antigo G-7 parte do centro de gravidade da economia mundial. Os BRICS gostaram da ideia e acabaram por se associar em um foro com esse nome, tendo como principal traço de união entre eles a aspiração de ter mais voz nas grandes decisões internacionais. Posteriormente, os BRICS convidaram a África do Sul a incorporar-se ao bloco, para que o grupo pudesse ter um país africano (ainda que alguns países africanos,

como a Nigéria, já tenham declarado explicitamente que a África do Sul não é representativa do continente). Assim, os BRICS passaram a ser os BRICS, com S maiúsculo.

Os países que compõem os BRICS têm economias muito diversas entre si; à exceção do comércio com a China, que é hoje responsável por cerca de 15% do comércio mundial, o comércio entre elas não é muito significativo para indicar alguma complementaridade (o comércio sino-brasileiro é, talvez, o único que poderá apontar para alguma complementaridade futura). A Rússia é extremamente dependente de suas exportações de petróleo e gás (cujo principal cliente é a Europa), e a transição de uma economia socialista para uma economia de mercado terminou por torná-la refém de uma oligarquia cleptocrata. Na medida em que os preços dos hidrocarbonetos permaneçam baixos (sem perspectivas de que voltem a subir a curto prazo), a situação econômica da Rússia tenderá a piorar, levando-se em conta ademais as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia. A África do Sul é uma economia diminuta, em comparação com seus pares do BRICS. Sua presença no grupo é essencialmente política, como único país africano. Índia e Brasil são casos clássicos de países considerados emergentes: são economias de grande porte, complexas e diversificadas, e têm aspirações explícitas de terem mais voz em foros internacionais, como é o pleito de ambos para obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Índia possui, ademais, armas nucleares e, embora não faça parte do Tratado de Não Proliferação (TNP), é reconhecida como país nuclearmente armado *de facto*. A China é sem dúvida o mais poderoso e importante membro do grupo: segunda maior economia do mundo, país detentor de armas nucleares e de um programa espacial de grande porte, os chineses estão gradualmente adquirindo a liderança do grupo. O Novo Banco de Desenvolvimento, recém-criado

pelos membros do BRICS, será sediado em Xangai e os postos-chave estarão em mãos de chineses. O próprio BRICS já foi objeto de uma iniciativa da Região Administrativa Especial de Macau, em maio deste ano, propondo a institucionalização do foro e sua sede em Macau (com todas as despesas pagas pelo governo local...).

Cabe notar que, à parte a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e o desejo comum de terem mais voz em foros internacionais (Brasil, Índia e África do Sul enfatizam o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – pleito que é visto com reservas pela China, que prefere enfatizar sua presença no Fundo Monetário Internacional), o grupamento BRICS não constitui um espaço negociador para os seus cinco integrantes. A China, por exemplo, faz fronteira com dois de seus membros, a Rússia e a Índia. Com ambas, a China tem amplas e diversificadas agendas, sendo que com a Índia ainda há contenciosos territoriais pendentes. Nenhuma dessas agendas é tratada ou mesmo mencionada no âmbito do BRICS. O Brasil, por seu turno, tem seus próprios mecanismos para a sua relação com os demais países do BRICS, sem que seja preciso levá-la à consideração do grupo. Da mesma forma, em foros multilaterais, não há uma posição concertada dos cinco países, ainda que possam haver coincidências ocasionais de posição em determinados assuntos. A aspiração de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, exemplo já suscitado, tem uma atuação coordenada por parte de Brasil e Índia, mas conta com uma discreta e sutil oposição da China e com a indiferença da Rússia. Em suma, o BRICS não é um instrumento importante para as relações do Brasil com China, Rússia, Índia e África do Sul, salvo no que diz respeito ao Novo Banco de Desenvolvimento (particularmente no que se refere à premência de captação de investimentos para a economia brasileira) e ao desejo de todos eles, ainda que por motivos diferentes, de terem mais voz nas grandes decisões internacionais.

## A China

A China cresceu extraordinariamente e tornou-se a maior nação comercial do mundo. Seu produto interno bruto cresceu mais de 22 vezes nos últimos trinta anos, fazendo com que a economia chinesa viesse a tornar-se a segunda maior economia do mundo, atrás apenas da dos Estados Unidos, que esperam ultrapassar nos próximos dez ou quinze anos. A atuação da China, particularmente na última década, condicionou significativamente o próprio desempenho da economia mundial. Seu modelo de crescimento, baseado em pesados investimentos e uma agressiva política exportadora, contribuiu, sobretudo na década passada, para aumentar substantivamente os preços internacionais dos produtos de base (*commodities*), revertendo a proposição geralmente aceita da deterioração inexorável das relações de troca, sempre presente nos discursos econômicos brasileiros. Contribuiu também para manter baixa a taxa de inflação mundial, na medida em que a China “invadiu” o mundo com os seus produtos industriais baratos. A crise econômica mundial, iniciada em 2008 nos Estados Unidos com a crise da *subprime*, tratou de colocar em xeque o modelo chinês de crescimento.

Talvez seja útil examinar brevemente o crescimento da China depois das reformas de Deng Xiaoping, particularmente no que tange à atuação das empresas estatais e ao papel crescente das empresas privadas. Cabe aqui um comentário: na China, nem sempre é fácil distinguir as empresas privadas das estatais. Um dado esclarecedor (ou complicador...) é o papel do Partido Comunista: o artigo 19 da lei chinesa que regula o funcionamento das empresas estabelece que todas as empresas, públicas ou privadas, a partir de certo tamanho devem ter células do partido. Ainda assim, o comportamento das empresas privadas é bem diferente do das empresas estatais. É pos-

sível identificar o que o sinólogo Edward Tse denominou “ondas empresariais”, que foram decisivas para definir a moderna economia chinesa. A primeira delas ocorreu no início da década de 1980, quando o fim do maoísmo liberou a “decolagem” do setor privado: a Haier, grande produtora de eletroeletrônicos, e a Huawei, hoje uma das maiores empresas mundiais de telefonia celular.

A segunda onda começou em 1992, quando Deng Xiaoping fez uma visita ao sul do país para eliminar as resistências das lideranças locais às reformas instituídas pela décima primeira reunião do comitê central do Partido Comunista, em dezembro de 1978. A iniciativa, bem-sucedida, de Deng foi decisiva para estender a abrangência das reformas econômicas ao sul da China e eliminar a resistência dos antirreformistas.

A terceira onda começou com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio em 2001 – pode-se dizer que a partir desse momento a China passou a ser efetivamente um ator econômico global. Grandes empresas chinesas, como Alibaba e Baidu, começaram a expandir-se a partir de então.

A quarta onda, considerada *highly disruptive* por Edward Tse, é a que vivemos hoje. Tem a ver com setores de alta tecnologia (como o desenvolvimento e a produção de *smartphones*, o uso da internet e os desafios da inovação). Ainda que os chineses tenham, sem dúvida, copiado produtos e tecnologias dos países desenvolvidos, a China tem uma longa tradição de inovação, que inclui a pólvora, o papel, a imprensa, a bússola, entre outros mecanismos.

Pode-se dizer que o crescimento chinês dos últimos trinta anos, que foi significativamente afetado pela crise econômica mundial, não foi uma “bolha” expansiva que acompanhou a expansão da economia

mundial. Os chineses foram provavelmente pioneiros no perfeito entendimento do fenômeno da globalização e das oportunidades nele contidas, fato que se reflete no objetivo enunciado das reformas econômicas de 1978, a saber, promover a sua “correta inserção no sistema internacional”. A média do crescimento do PIB chinês, durante a fase expansiva da economia mundial, foi muito superior ao crescimento da própria economia mundial, o que leva a crer que, em certa medida, a China exerceu o papel de “locomotiva” desse crescimento. É oportuno também assinalar que, em plena expansão da economia chinesa, suas lideranças já começavam a concluir que o ciclo expansivo, como todo ciclo, não seria para sempre. Haveria que pensar em possíveis mudanças de modelo, para que o desenvolvimento chinês não fosse apenas uma “carona” do crescimento da economia mundial. Em 2006, o governo chinês demonstrou sua preocupação com a possibilidade de altas taxas de crescimento da economia acarretarem desequilíbrios indesejáveis entre os setores mais dinâmicos e aqueles mais atrasados. O governo chinês promoveu, então, uma espécie de “programa de desaceleração do crescimento”, que estabeleceu como meta desejável uma taxa de 8% ao ano. O plano, para citar o então primeiro-ministro Wen Jiabao, em seu discurso perante a Assembleia Nacional do Povo, “fracassou”; a economia cresceu 11,2%, em vez dos 8% propostos (no ano seguinte, 2007, o PIB chinês cresceu 14%).

As novas circunstâncias da economia mundial confirmam a avaliação chinesa de que o ciclo expansivo não seria eterno (aliás, a própria noção de “ciclo”, essencial no estudo de ciências econômicas, já transmite a ideia de sua periodicidade – o tema foi abundantemente estudado por Kondratiev, Kuznets e Juglar, entre outros). Assim, já em meados da década passada, os chineses já se debruçavam sobre a ideia de reavaliar seu modelo de crescimento, dando prioridade ao

mercado interno e ao consumo, em contraposição à estratégia anterior, voltada para o investimento e as exportações. Essa mudança de modelo foi, afinal, consagrada no décimo segundo plano quinquenal, lançado no início de 2011.

## A China e o Brasil

Os dados disponíveis indicam que a China hoje está a crescer por volta de 6,8% ao ano (alguns dizem que esse dado é menor, que as estatísticas chinesas não são muito confiáveis). Mas, mesmo que, em termos absolutos, o crescimento fosse de 5% ao ano, dada a dimensão atual do PIB chinês, 5% de hoje é mais do que os 14% verificados em 2007. A nova ênfase na expansão do consumo e do mercado interno é uma mudança complexa e cheia de dificuldades (semelhante, em certos aspectos, às dificuldades anteriormente citadas, encontradas por Deng Xiaoping no início da década de 1990). A ênfase no mercado interno, por seu turno, cria novas janelas de oportunidades para países que, como o Brasil, muito se beneficiaram do crescimento chinês. A China é hoje um país mais urbano (dados recentes indicam que mais da metade da população chinesa – 50,1% – vive em cidades). O segmento urbano da população tem um nível de renda mais elevado e é cada vez mais dependente de importações, em particular de alimentos. O Brasil, como se sabe, tem no agronegócio um setor de reconhecida competitividade. O desafio que se nos apresenta é o de evoluir competitivamente da mera exportação de *commodities* agrícolas para alimentos diferenciados e com maior grau de processamento.

Outro aspecto a ser assinalado é a capacidade ociosa criada na economia chinesa com a retração das importações dos países desenvolvidos. Percebe-se que o objetivo chinês é hoje exportar serviços, acoplados

a bens de capital e investimentos chineses, particularmente para a modernização da infraestrutura de países relevantes para o fornecimento dos produtos importados pela China. À guisa de exemplo, em 2014, os investimentos chineses no exterior igualaram *grosso modo* os investimentos do resto do mundo na China (cerca de 500 bilhões de dólares). O Brasil, mais uma vez, é candidato a receber uma parte significativa desses investimentos chineses, desde que preencha alguns pré-requisitos essenciais para qualquer investidor estrangeiro, como segurança jurídica, quadro regulatório favorável e estável e, sobretudo, clareza na definição do que queremos. O Brasil sempre foi uma economia fechada e moderadamente avessa, ou pelo menos lenta, a promover reformas modernizantes. A crise política que atravessamos, que poderia ajudar a criar um *momentum* político favorável ao início de um processo de indispensáveis reformas estruturais, tem servido, na verdade, como pretexto para adiá-las indefinidamente.

## À guisa de conclusão

Em 2011, escrevi um texto com o título “*China and Brazil: Challenges and Prospects*” (o texto foi originalmente escrito em inglês). Ao redigi-lo, reli a conclusão do artigo de 2011 e verifiquei que, salvo alguns detalhes, poderia reutilizá-la sem problemas agora, tal a sua atualidade. Não resisti à tentação e resolvi transcrever o último parágrafo da conclusão do texto de 2011:

Como comentário final, poder-se-ia dizer que muitos dos problemas, assimetrias e desvantagens que o Brasil enfrenta em sua relação com a China estão diretamente ligados a desafios internos que o Brasil ainda tem de superar. Melhorar a qualidade do gasto público; aumentar a capacidade de

investir em uma tão necessária infraestrutura moderna; criar condições para se chegar a taxas de juros e de câmbio mais favoráveis; reformar a legislação trabalhista para estimular a criação de empregos; aliviar a carga tributária, tornar o sistema judicial mais eficaz, apenas para mencionar algumas mazelas que têm tido um impacto negativo naquilo que veio a ser conhecido como “custo Brasil”.

Pode parecer ambicioso, mas se o Brasil quiser preencher sua condição de potência emergente, deverá enfrentar esses temas, sob pena de as assimetrias se tornarem cada vez menos favoráveis ao Brasil.

*Palestra pronunciada em 13 de outubro de 2015*